



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO PREFEITO ENCERRAMENTO EXERCÍCIO 2022

O Sr. Prefeito Municipal, conforme Resolução nº 1.134/2020, Art. 2º, inciso IV, alínea a, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul - TCE-RS, apresenta o relatório circunstanciado sobre sua gestão, indicando o atingimento, ou não, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, contendo, também, informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –FUNDEB e em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS.

Apresenta-se a seguir o desempenho dos indicadores e a execução orçamentária dos Programas Estratégicos do Município de São João do Polêsine constantes no Plano Plurianual 2022-2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, contemplando a totalidade das ações planejadas pelos órgãos da administração. Destaca-se que foram mantidos os investimentos nas áreas básicas como saúde e educação, **superando** os percentuais constitucionais, de 15% e 25% respectivamente.

O relatório é uma prova do esforço da Administração Municipal, representada por seu gestor, que deve, acima de tudo, planejar e construir uma cidade com mais qualidade de vida e igualdade de oportunidades para todos.

DAS METAS PREVISTAS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2022

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício, incluindo análise dos fatores determinantes, ou não, para o alcance dos valores estabelecidos como metas.

Em relação às metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, atualizadas pela LOA para 2022 a arrecadação efetivamente realizada foi 10,20% maior que o total previsto. A razão preponderante foi o aumento na arrecadação das transferências correntes, que atingiram 113,26% da sua previsão inicial.





Quanto à despesa, a Administração Municipal, buscou medidas de redução e controle dos gastos públicos. Essa iniciativa vislumbrou garantir o quanto possível um equilíbrio fiscal para dar continuidade à busca de recursos externos e assim aumentar a capacidade de investimento no Município, possibilitando superar a meta de resultado primário prevista na LDO/2022.

Os principais resultados fiscais, traduzidos pela apuração do Resultado Primário e do Resultado Nominal são apresentados no quadro abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	METAS PREVISTAS	METAS
	LDO/LOA	REALIZADAS LOA
Receita total	22.650.000,00	24.960.171,39
Receita Primária (I)	19.962.486,00	23.246.884,14
Despesa total	22.650.000,00	21.837.613,14
Despesa Primária (II)	21.224.535,00	19.853.607,62
Resultado Primário (I-II)	-1.262.049,00	3.393.276,52
Resultado Nominal	-85.449,50	1.550.793,01

DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total inicialmente previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes, de capital e intraorçamentária excluído as deduções da receita, foi estimado no montante de **R\$ 22.650.000,00** receita efetivada no período de janeiro a dezembro de 2022 foi de **R\$ 24.960.171,39**, sendo sido arrecadado, portanto **110,19%** da meta anual. Esse desempenho foi propiciado, principalmente, pelo resultado positivo das receitas correntes, que atingiu o percentual de realização equivalente a **116,94%** da previsão anual de **R\$ 19.550.650,00**.





Nesse grupo, as receitas mais significativas foram as Transferências Correntes e as Receitas Tributárias que figuraram, respectivamente, com (Valores líquidos) **R\$ 18.010.370,26** e **R\$ 2.851.827,39**.

A receita orçamentária apresentou o seguinte desempenho no exercício:

QUADRO 1 – Demonstrativo da receita prevista e realizada





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE - RS							
Relatório Resumido da Execução Orçamentária							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social							
Entidade: Consolidado							
Período de Referência: Dezembro / 2022							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							Em Reais
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Dezembro (b)	% (b/a)	Até Dezembro (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.488.200,00	21.488.200,00	3.175.304,55	14,78	23.862.886,22	111,05	(2.374.686,22)
RECEITAS CORRENTES	19.550.650,00	19.550.650,00	2.908.246,54	14,88	22.863.169,63	116,94	(3.312.519,63)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.297.759,50	2.297.759,50	376.855,49	16,40	2.851.827,39	124,11	(554.067,89)
Impostos	2.116.299,00	2.116.299,00	355.670,88	16,81	2.667.341,59	126,04	(551.042,59)
Taxas	181.460,50	181.460,50	21.184,61	11,67	184.485,80	101,67	(3.025,30)
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.047.800,00	1.047.800,00	120.070,31	11,46	833.199,43	79,52	214.600,57
Contribuições Sociais	647.800,00	647.800,00	97.659,93	15,08	605.396,82	93,45	42.403,18
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	400.000,00	400.000,00	22.410,38	5,60	227.802,61	56,95	172.197,39
RECEITA PATRIMONIAL	30.864,00	30.864,00	110.564,35	358,23	862.015,08	2.792,95	(831.151,08)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	5.150,00	5.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.150,00
Valores Mobiliários	25.714,00	25.714,00	110.564,35	429,98	616.002,08	2.395,59	(590.288,08)
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	246.013,00	0,00	(246.013,00)
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	166.211,50	166.211,50	17.693,28	10,65	97.218,21	58,49	68.993,29
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	51.500,00	51.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.500,00
Outros Serviços	114.711,50	114.711,50	17.693,28	15,42	97.218,21	84,75	17.493,29
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.901.925,00	15.901.925,00	2.271.499,11	14,28	18.010.376,26	113,26	(2.108.451,26)
Transferências da União e de suas Entidades	10.767.469,00	10.767.469,00	1.670.789,88	15,52	12.789.906,06	118,78	(2.022.437,06)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	3.875.186,00	3.875.186,00	489.409,23	12,63	4.013.669,77	103,57	(138.483,77)
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.259.270,00	1.259.270,00	111.300,00	8,84	1.206.800,43	95,83	52.469,57
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	106.090,00	106.090,00	11.564,00	10,90	208.533,26	196,56	(102.443,26)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	66.950,00	66.950,00	7.710,42	11,52	150.448,28	224,72	(83.498,28)
Demais Receitas Correntes	39.140,00	39.140,00	3.853,58	9,85	58.084,98	148,40	(18.944,98)
RECEITAS DE CAPITAL	1.937.550,00	1.937.550,00	267.058,01	13,78	999.716,59	51,60	937.833,41
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	87.550,00	87.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.550,00
Alienação de Bens Móveis	46.350,00	46.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.350,00
Alienação de Bens Imóveis	41.200,00	41.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.200,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	350.000,00	350.000,00	267.058,01	76,30	999.716,59	285,63	(649.716,59)
Transferências da União e de suas Entidades	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	73.495,84	21,00	276.504,16
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	0,00	0,00	267.058,01	0,00	926.220,75	0,00	(926.220,75)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.161.800,00	1.161.800,00	177.553,50	15,28	1.097.285,17	94,45	64.514,83
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	22.650.000,00	22.650.000,00	3.352.858,05	14,80	24.960.171,39	110,20	(2.310.171,39)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	22.650.000,00	22.650.000,00	3.352.858,05	14,80	24.960.171,39	110,20	(2.310.171,39)
DÉFICIT (VI)¹	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	22.650.000,00	22.650.000,00	3.352.858,05	14,80	24.960.171,39	110,20	(2.310.171,39)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.201.339,27	-	-	2.201.339,27	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	2.201.339,27	-	-	2.201.339,27	-	-



Fone: (55) 32691155 (Whatsapp) | (55)32691144
e-mail: prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br
Rua Guilherme Alberti, 1631, Centro
CEP: 97230-000
São João do Polêsine/RS
CNPJ: 94.444.247/0001-40





RECEITA TRIBUTÁRIA

A Receita Tributária atingiu até o final do exercício em análise, o montante líquido de **R\$ 2.851.827,39**, que confrontada com a previsão inicial de **R\$ 2.297.759,50** representa uma realização de **124,11%** do valor estimado para o ano.

-Transferências Correntes

A previsão inicial para as Receitas de Transferências Correntes no exercício de 2022 foi **R\$ 15.901.925,00**. Sua realização atingiu o percentual de **113,26%**, totalizando **R\$ 18.010.376,26**. No grupo das Transferências Correntes da União, a receita realizada totalizou **R\$ 12.789.906,06** no período, correspondendo a **118,78%** da previsão anual. O FPM foi incrementado, nos meses de julho e dezembro, pela “Cota Extra” que totalizou **R\$ 14.036.392,92**, valor este repassado aos municípios em atendimento do disposto na legislação vigente representando **116,49%** da previsão inicial.

As Transferências Correntes do Estado, demonstraram um percentual realizado de **103,57%** em comparação à projeção para o ano, correspondendo a **R\$ 4.013.669,77**. A principal receita desse grupo, é a Cota-Parte do ICMS, cujos valores transferidos ao Município, no período, foram de **R\$ 3.331.263,58**, ou seja 93,83% da expectativa inicial, que era de **R\$ 3.550.000,00**.

-Transferências do FUNDEB

Em resumo, verifica-se que no período de janeiro a dezembro de 2022, o Município recebeu, do referido fundo, em razão do nº. de alunos matriculados em sua rede de ensino, o valor de **R\$1.201.497,38**. Por outro lado, contribuiu, de forma compulsória para o mesmo com o valor de **R\$ 3.376.342,28**. Portanto, a perda acumulada no FUNDEB, ao final do exercício de 2022 foi de **R\$ 2.174.844,90**.

-Receitas de Capital

As Receitas de Capital alcançaram apenas **51,60%** da previsão inicial. As transferências de capital da União em 2022, totalizaram **R\$ 999.715,59**. No exercício financeiro de 2022 o Município não realizou alienação de bens móveis e imóveis.





DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Considerando todas as fontes de recursos, a Receita total realizada no período de janeiro a dezembro de 2022, apresentou uma execução SUPERIOR à Despesa total empenhada. Em valores consolidados, a correlação (despesa total/receita total) foi de **0,8748%** demonstrando um Superávit Orçamentário de **R\$ 3.122.558,25**.

As Despesas Empenhadas, no acumulado do ano de 2022 totalizaram **R\$ 21.837.613,14**, valor equivalente a **81,90%** do total dos créditos atualizados autorizados.

Analicamente, o total das despesas correntes empenhadas foi de **R\$ 17.645.879,09** correspondendo a **88,16%** da previsão atualizada para esta categoria econômica. As despesas de capital totalizaram **R\$ 3.082.434,39**, ou seja, 56,39% dos créditos autorizados.

QUADRO 3 – Demonstrativo da despesa prevista e realizada

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ Dezembro (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO (k)
			No Dezembro	Até Dezembro (f)		No Dezembro	Até Dezembro (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-DESPESAS CORRENTES)	20.351.040,00	25.480.853,26	1.748.767,69	20.728.313,48	4.752.539,78	2.766.603,01	20.155.665,07	5.325.188,19	19.767.407,90	572.648,41
DESPESAS CORRENTES	16.964.058,27	20.014.766,70	1.489.564,79	17.645.879,09	2.368.887,61	2.170.573,52	17.613.653,09	2.401.113,61	17.237.698,40	32.226,00
Pessoal e Encargos Sociais	8.162.600,65	8.523.003,65	979.145,91	8.069.930,40	453.073,25	983.389,61	8.069.930,40	453.073,25	8.032.377,88	0,00
Juros e Encargos da Dívida	122.575,00	172.575,00	27.274,32	164.507,69	8.067,31	27.274,32	164.507,69	8.067,31	150.306,74	0,00
Outras Despesas Correntes	8.678.882,62	11.319.188,05	483.144,56	9.411.441,00	1.907.747,05	1.159.909,59	9.379.215,00	1.939.973,05	9.055.013,78	32.226,00
DESPESAS DE CAPITAL	3.061.382,17	5.465.987,00	259.202,90	3.082.434,39	2.383.552,61	596.029,49	2.542.011,98	2.923.975,02	2.529.709,50	540.422,41
Investimentos	2.915.142,17	5.319.247,00	236.277,94	2.944.884,63	2.374.362,37	573.104,53	2.404.462,22	2.914.784,78	2.403.622,22	540.422,41
Inversões Financeiras	5.150,00	5.150,00	0,00	0,00	5.150,00	0,00	0,00	5.150,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	141.090,00	141.590,00	22.924,96	137.549,76	4.040,24	22.924,96	137.549,76	4.040,24	126.087,28	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	325.599,56	99,56	0,00	0,00	99,56	0,00	0,00	99,56	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-DESPESAS)	1.161.800,00	1.182.300,00	172.142,56	1.109.299,66	73.000,34	175.401,97	1.109.299,66	73.000,34	1.028.590,13	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) =	21.512.840,00	26.663.153,26	1.920.910,25	21.837.613,14	4.825.540,12	2.942.004,98	21.264.964,73	5.398.188,53	20.795.998,03	572.648,41
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. /	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (X + XI)	21.512.840,00	26.663.153,26	1.920.910,25	21.837.613,14	4.825.540,12	2.942.004,98	21.264.964,73	5.398.188,53	20.795.998,03	572.648,41
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	3.122.558,25	-	-	3.695.206,66	-	4.164.173,36	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) =	21.512.840,00	26.663.153,26	1.920.910,25	24.960.171,39	-	2.942.004,98	24.960.171,39	-	24.960.171,39	572.648,41
RESERVA DO RPPS	1.137.160,00	1.137.160,00	0,00	0,00	1.137.160,00	0,00	0,00	1.137.160,00	0,00	0,00

-Restos a Pagar

O quadro abaixo detalha as movimentações dos Restos a pagar, Processados e não processados:





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
	Inscritos	Em 31 de Dezembro de 2021	Pagos	Cancelados	Saldo
(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b)-(c+d)	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	357,23	263.631,47	263.631,47	0,00	357,23
Executivo	357,23	257.616,81	257.616,81	0,00	357,23
Administração Específica	226,43	145.854,56	145.854,56	0,00	226,43
Administração Geral	0,00	111.762,25	111.762,25	0,00	0,00
Consultivo e de Assessoramento	130,80	0,00	0,00	0,00	130,80
Legislativo	0,00	6.014,66	6.014,66	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	68.695,04	68.695,04	0,00	0,00
Executivo	0,00	68.090,00	68.090,00	0,00	0,00
Administração Específica	0,00	33.316,89	33.316,89	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	34.773,11	34.773,11	0,00	0,00
Consultivo e de Assessoramento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Legislativo	0,00	605,04	605,04	0,00	0,00
Camara Municipal de Vereadores	0,00	605,04	605,04	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	357,23	332.326,51	332.326,51	0,00	357,23

PODER/ÓRGÃO	(f)	Em 31 de Dezembro de 2021 (g)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				Saldo Total (l = (e+k))
			Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo (k = (f+g)-(i+j))	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	409.930,68	417.920,60	738.917,83	738.917,83	2.478,38	86.455,07	86.812,30
Executivo	409.930,68	274.963,56	595.960,79	595.960,79	2.478,38	86.455,07	86.812,30
Administração Específica	409.930,68	266.163,56	587.160,79	587.160,79	2.478,38	86.455,07	86.681,50
Administração Geral	0,00	8.800,00	8.800,00	8.800,00	0,00	0,00	0,00
Consultivo e de Assessoramento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130,80
Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara de Vereadores	0,00	142.957,04	142.957,04	142.957,04	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Específica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consultivo e de Assessoramento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara de Vereadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Fone: (55) 32691155 (Whatsapp) | (55) 32691144
e-mail: prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br
Rua Guilherme Alberti, 1631, Centro
CEP: 97230-000
São João do Polêsine/RS
CNPJ: 94.444.247/0001-40





PODER/ÓRGÃO	(f)	Em 31 de Dezembro de 2021 (g)	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total l = (e+k)
			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
			(h)	(i)	(j)		
TOTAL (III) = (I + II)	409.930,68	417.920,60	738.917,83	738.917,83	2.478,38	86.455,07	86.812,30

Com base na Lei Complementar Federal nº 101/2000 – LRF, art. 54 e alínea “b” do inciso III do art. 55, no final do exercício de 2022, o Poder Executivo apresentou a importância de **R\$ 925.020,73** em restos a pagar. Deste total, **R\$ 456.577,57** (49,35%) em restos a pagar processados e **R\$ 468.443,16** (50,65%) de restos a pagar não processados.

Especificamente em relação aos Restos a Pagar, que compreendem as despesas orçamentárias, empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se os processados dos não processados, tem-se, como regra, a necessidade de recursos financeiros para honrar estes compromissos, observando que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão destinados somente para seu objeto de vinculação. Do estoque de restos a pagar em 31/12/2022, 100,00% foram inscritos com disponibilidade financeira para a sua cobertura, cujo a disponibilidade, nos diversos vínculos, após ajustes, somou a importância de **R\$ 4.993.147,66**.

Diante disso, fica evidenciado o empenho e o esforço da administração na redução e controle dos gastos, buscando sempre o equilíbrio financeiro das contas públicas.

-Amortização da Dívida

O município possui apenas um contrato de Financiamento nº 0521745-30 – FINISA, firmado com a Caixa Econômica Federal. A tabela abaixo demonstra analiticamente, os valores a curto e a longo prazo e as respectivas contas retificadoras de encargos a apropriar:

Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	Saldo	Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	Saldo
2.1.2.3.0.00 - FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO – INTERNO	11.462,48	2.2.2.3.0.00 - FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO -	894.074,08





		INTERNO	
2.1.2.5.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO – INTERNO	14.200,95	2.2.2.5.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO	0,00
Total a Curto Prazo	25.663,43	Total a Longo Prazo	894.074,08

-Investimentos Realizados

Já em relação às despesas com investimentos, corresponderam a **46,50%** em relação aos créditos autorizados para esta rubrica. Em termos orçamentário/financeiro, o total autorizado foi de **R\$ 5.465.987,00**, apresentando uma execução de **R\$ 2.542.011,98**.

DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

-Despesa de Pessoal

Conforme evidenciado nos **quadros 4 e 5**, a Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, considerando os poderes executivo e legislativo, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais. Em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, o gasto com pessoal está abaixo do limite prudencial de 51,30%, apresentando, respectivamente, o limite de comprometimento de 38,13% para o Executivo e de 2,16% para o Legislativo.

A Receita Corrente Líquida Ajustada, acumulada nos últimos doze meses, considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ 21.996.925,71 e está assim discriminada:

Quadro 4 - Apuração da receita corrente líquida

DISCRIMINAÇÃO	Arrecadação dos últimos 12 meses
Receitas Correntes	26.290.062,69





(-) Deduções da Receita Corrente	3.426.893,06
(-) CPSSS do Servidor Ativo – Principal	605.396,82
(-) Remuneração dos Recursos do RPPS	160.847,10
(+) Ajustes Perdas c/ FUNDEB	0,00
(-) Dedução Prevista no Art. 166 da CF	100.000,00
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	21.996.925,71

Quadro 5 – Despesa de pessoal e limites da LRF

DISCRIMINAÇÃO	Despesa Liquidada	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	8.386.741,33	38,13	51,30	54
Despesas com pessoal do Legislativo	474.435,57	2,16	5,70	6
Total das despesas com pessoal	8.861.176,90	40,29	57	60

-Resultado Nominal e Primário

No final do exercício de 2022, o Resultado Nominal foi de **R\$ 1.550.793,01**, o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, acima da linha, que consiste na soma da conta de juros com o resultado obtido da diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias.

O resultado primário pode ser entendido, como o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública. No exercício de 2022, o resultado primário apurado foi de **R\$ 3.393.276,52**. O desempenho favorável demonstra que as receitas primárias foram suficientes para suportar as despesas primárias. O resultado positivo corresponde a um superávit de fluxo de caixa primário.

-Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas conforme o Parecer Coletivo nº. 001/2003 e instrução normativa nº 1.134/2020, do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram **R\$ 5.237.032,88**, o que corresponde a 25,25% da





Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município atendeu o limite mínimo de 25% estabelecido pela Constituição Federal, em seu artigo 212.

Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 26 da Lei Federal 14.113/2020, que uma parcela não inferior a 70% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, no exercício de 2022, o montante de **R\$ 978.210,49** o que corresponde a 80,68% dos recursos do referido fundo atendendo o dispositivo legal supracitado.

-Despesas com Ações e Serviços Público de Saúde – ASPS

Quanto aos recursos vinculados da Saúde, ressaltamos o seguinte: Receitas provenientes de impostos, transferências e dívida ativa tributária somaram a quantia de **R\$ 19.549.054,70** . O Município de São João do Polêsine teria que aplicar para os serviços públicos de saúde o percentual de 15% que corresponde a **R\$ 2.932.358,20** . No decorrer do exercício esses valores não foram suficientes para atender todas demandas com os serviços de saúde, e o município aplicou **R\$ 3.231.350,72**, atingindo um percentual de **16,44%** da arrecadação de impostos e transferências. Observa-se, portanto, o cumprimento do mínimo de 15% estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000.

Era o que entendemos de relevante e necessário relatar.

São João do Polêsine, 21 de março de 2023.

**Prefeito Municipal
Matione Sonogo**

